

## DOSSIÊ | *SPECIAL ISSUE*

### **OS FAZERES ARQUEOLÓGICOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

#### THE ARCHAEOLOGICAL PRACTICES IN CONSERVATION UNITS

Marjorie do Nascimento Lima  
Eduardo Kazuo Tamanaha  
Jaqueline Gomes  
Maurício André da Silva

Com imensa alegria apresentamos o dossiê “Os fazeres arqueológicos em Unidades de Conservação”, cuja proposta nasceu do simpósio intitulado “Práticas arqueológicas em Unidades de Conservação: Histórico, transformações, colaborações e perspectivas”, apresentado durante o XXI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em 2021. Esse simpósio reuniu 10 trabalhos realizados em Unidades de Conservação no Brasil, distribuídas em diferentes instâncias. O simpósio nos permitiu traçar um panorama comparativo, que julgamos ser muito pertinente de ser discutido e apresentado a um público maior, daí o esforço dessa empreitada coletiva em juntar perspectivas plurais sobre as diferentes arqueologias em Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação (UCs) são parte das áreas protegidas globais. Nesse ínterim estão inclusas porções de terra, águas submersas e oceânicas, delimitadas geográfica e legalmente, como formas de conter processos de alterações da vida local. Segundo o relatório do Planeta Protegido (Protected Planet, na sigla em inglês) (UNEP-WCMC; IUCN, 2024), mundialmente a distribuição das áreas protegidas comporta atualmente 17,6% das terras e águas interiores e 8,4% das áreas oceânicas e costeiras.

Diferentes concepções são usadas globalmente para ordenação e nomeação das áreas protegidas, o que leva em conta as necessidades ambientais, históricas e tratados políticos de cada país, sendo o Brasil o único a ter a categoria Unidades de Conservação (PUREZA, 2015), definição instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei 9.985 de 18 de julho de 2000). Segundo o SNUC (BRASIL, 2000, inciso I), as Unidades de Conservação são:

espaço [s] territorial [is] e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Atualmente, no Brasil existem mais de 3.100 UCs, cobrindo uma área de 2.599.416,66 km<sup>2</sup>, representando 20% do território terrestre e 30% da zona costeira-marinha. Embora cobrindo uma área significativa e tendo visibilidade na esfera internacional, a relação entre UCs e Arqueologia é relativamente recente, tendo os trabalhos se adensado a partir dos anos 2010.<sup>1</sup>

Menos óbvia ainda é a relação entre a história de longa duração das paisagens que compõem as UCs, bem como a relação entre essas paisagens e os povos e coletivos humanos a elas associados. Esses interesses guiaram as incursões dos trabalhos arqueológicos conduzidos pelas organizadoras e organizadores deste dossiê nas UCs da região Amazônica, onde 50% do território corresponde a Áreas Protegidas (UCs, Terras Indígenas e Quilombolas), sendo 25% desse total

<sup>1</sup> O trabalho de LAVADO (2005) é uma das exceções a esse marco cronológico.

#### COMO CITAR ESTE TRABALHO

LIMA, Marjorie do Nascimento; TAMAHANA, Eduardo Kazuo; GOMES, Jaqueline; SILVA, Maurício André. Os fazeres arqueológicos em Unidades de Conservação. Cadernos do Lepaarq, v. XXII, n. 43, p. 06 - 12, Jan-Jun, 2025.

representado pelas UCs (MMA, 2024). Assim, nos interessava inicialmente trocar experiências com diferentes profissionais da arqueologia sobre como a arqueologia pode colaborar com as discussões políticas, territoriais e além de tudo, humanas dentro e ao redor de UCs.

Hoje, a existência de sítios arqueológicos identificados em UCs no Brasil é numerosa, mas áreas com baixa incidência de sítios arqueológicos também são conhecidas. Sabemos, no entanto, que essa lacuna é reflexo da dificuldade de profissionais da arqueologia se deslocarem em distâncias tão grandes como a Amazônia.

Na segunda metade do século XX, as discussões sobre a desigualdade, a distribuição de riquezas, o colapso ambiental e as ideias de crescimento, desenvolvimento e progresso foram ganhando espaços em diferentes instâncias internacionais e nacionais. Destacamos a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” de 1972, que introduziu uma noção abrangente de proteção, conferindo ao patrimônio um alcance global que abarca dimensões culturais e naturais. O debate sobre sustentabilidade e especialmente a participação de comunidades tradicionais na gestão desses territórios foi gradualmente ampliado. Cabe ressaltar que o conceito de “desenvolvimento sustentável” foi lançado por uma visão metropolitana, especialmente para países emergentes, sem uma devida análise crítica de sua aplicabilidade, reforçando estereótipos. Entretanto, essas populações ao longo do tempo apropriaram-se desse discurso e passaram a utilizá-lo em defesa de seus interesses.

Assim a prática arqueológica pode ser mais uma camada efetiva de proteção a esses territórios. Uma das formas de fazer isso é estabelecer um diálogo estreito com as pessoas moradoras, gestores e compreender suas demandas políticas sobre esses territórios.

Com base nessa ideia, apresentamos os artigos publicados neste importante dossiê. O primeiro artigo, intitulado “A conexão possível: a gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação”, de Leandro Silva, aborda a prática arqueológica no contexto das UCs no Brasil. O autor destaca a legislação federal aplicável a esses territórios protegidos, com ênfase nas questões relacionadas à educação e ao turismo. Ao longo do texto, problematiza os distintos modos de administração adotados pelos órgãos ambientais, refletindo sobre como a arqueologia pode contribuir de forma efetiva na gestão desses lugares.

Seguindo nessa mesma linha de pensamento, Luiza Gama, Filippo Starnpanoni e Eduardo Tamanaha apresentam um estudo de caso no artigo “Arqueologia e uma outra camada de proteção na Estação Ecológica Juami-Japurá, município de Japurá, estado do Amazonas”. Os autores propõem uma abordagem inovadora ao sugerirem a aplicação da legislação patrimonial como ferramenta complementar para o fortalecimento da proteção territorial em unidades de conservação. A proposta se destaca por articular a salvaguarda do patrimônio arqueológico com os instrumentos legais já existentes para a conservação ambiental. Além disso, o texto apresenta dados inéditos provenientes das pesquisas arqueológicas conduzidas nos rios Juami e Japurá, contribuindo significativamente para o conhecimento da região. Ao integrar essas dimensões, os autores ampliam o debate sobre a gestão de áreas protegidas e destacam a relevância da arqueologia como agente ativa na construção de estratégias de preservação socioambiental.

O terceiro artigo intitulado “Os entrelaços de uma Paisagem Arqueológica: Análises da implantação de sítios arqueológicos na Unidade de Conservação Parque Estadual de Sete Salões, Médio Vale do Rio Doce, Minas Gerais”, Magno Santos e Marcelo Fagundes, analisam a riqueza arqueológica e cultural do Parque Estadual de Sete Salões destacando seu valor singular no contexto regional. Um dos principais pontos da pesquisa é a reinterpretação da paisagem da Unidade de Conservação por meio da espacialização dos sítios arqueológicos, sobretudo aqueles com arte rupestre encontrados nas Serras da Onça e do Boiadeiro. A originalidade do estudo está na aplicação de tecnologias digitais, como drones, para a geração de ortofotos de alta resolução, modelagem 3D do relevo e imagens em 360° dos afloramentos rochosos. Esses recursos permitiram uma análise precisa da distribuição dos sítios e de suas relações com o território, contribuindo diretamente para o aprimoramento da gestão arqueológica. A pesquisa ressalta a importância dos dados técnicos para orientar ações de preservação e conservação, reforçando o papel dos gestores da UC na proteção do patrimônio arqueológico inserido no contexto de conservação ambiental.

Já no artigo, “Participação dos municípios no Plano de Manejo Integrado do fogo no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) e Conservação do Patrimônio Arqueológico”, os autores Nivia Assis, Lucas Montrazi, Marian da Silva, Andreia MAcado e Maria Fátima Barbosa oferecem uma análise detalhada sobre a ocorrência de incêndios no interior e entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara com foco nas implicações para a preservação do patrimônio arqueológico. A proposta se distingue por integrar múltiplas bases de dados — ICMBio, INPE e IPHAN — para produzir um mapeamento inédito que correlaciona a distribuição espacial das queimadas aos sítios arqueológicos e aos limites territoriais da unidade de conservação e dos municípios envolvidos: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. Ao combinar informações ambientais e culturais, o estudo revela padrões de vulnerabilidade e pressão sobre o território. Além disso, destaca as estratégias adotadas pelo ICMBio para o manejo sustentável do fogo, enfatizando a importância da atuação conjunta com os municípios por meio do Plano de Manejo Integrado do Fogo. A proposta, portanto, não apenas contribui para o monitoramento e a gestão de riscos, como também reforça a necessidade de articulação interinstitucional na proteção de um dos mais significativos patrimônios arqueológicos do Brasil.

No artigo “Sítios arqueológicos em unidades de conservação IDEFLOR-Bio na região metropolitana de Belém”, de autoria de Aguinaldo Marques, podemos observar uma conexão entre a proteção do patrimônio arqueológico com a preservação da identidade cultural regional, propondo que a visibilidade dos sítios arqueológicos seja um componente essencial para a valorização histórica das comunidades locais. Partindo de uma revisão bibliográfica, a pesquisa oferece um panorama dos tipos de sítios existentes e de suas condições de preservação, ressaltando a importância desses recursos patrimoniais na promoção do turismo sustentável na região. Sua principal contribuição está em articular preservação cultural, gestão ambiental e identidade regional, propondo soluções integradas que reforçam a importância das áreas protegidas também nos contextos urbanos.

Em seguida, Valdinêy Amaral Leite e Bernardo Machado Gontijo, nos apresentam resultados de uma pesquisa arqueológica no Parque Nacional das Sempre-Vivas, em Minas Gerais. O texto destaca-se por adotar uma abordagem geoarqueológica que articula os sítios arqueológicos, especialmente os abrigos, como componentes fundamentais da construção dos Lugares, Paisagens e Territórios. A originalidade do estudo reside na concepção dos abrigos como espaços de "Interações Híbridas", reconhecendo neles a convergência de dinâmicas naturais e culturais ao longo do tempo. Utilizando uma metodologia integrada, o mapeamento dos sítios arqueológicos ampliou o entendimento sobre a ocupação humana e os processos de formação da paisagem na região, cujos resultados contribuirão para as estratégias de gestão desta UC.

Já no artigo de Neusani Felix, Anael Nascimento e Flávio Barros, intitulado “Água, floresta, animais, plantas e frutos, “Tudo tem dono”, tudo tem espírito Ma' aiwa Wazar. Agrobiodiversidade dos quintais Tentehar, Aldeia Olho D'Água, Grajaú, Maranhão, Brasil”, a pesquisa aborda a etnovarietades de cultivares, os modos de preparo, usos e os aspectos cosmológicos associados ao manejo dos quintais na Aldeia Olho D'Água (Terra Indígena Bacurizinho, Grajaú-MA), sob a perspectiva do povo Tentehar. A metodologia incluiu observação participante, entrevistas semiestruturadas e turnês guiadas com 10 mulheres detentoras desses quintais. Os resultados revelam os saberes tradicionais, cosmologia e multifuncionalidade dos diferentes cultivares, permitindo a manutenção da biodiversidade na região e demonstrando o quanto os quintais são sistemas dinâmicos que integram práticas materiais e cosmológicas, sustentando a reprodução cultural e ecológica do grupo.

No artigo “Os “ajuntadores de memória” e a manutenção do patrimônio arqueológico e cultural em comunidades do Médio Solimões - Amazonas.” os autores Geórgia Layla Holanda, Anderson Márcio Amaral, Maurício André da Silva, Erêndira Oliveira e Eduardo Tamanaha apresentam uma perspectiva de colaboração entre comunidades locais como agentes de salvaguarda do patrimônio arqueológico. Desenvolvem a noção de “ajuntadores de memórias” discutindo o papel de pessoas e famílias que praticam o colecionismo de objetos arqueológicos. A proposta é inovadora por seguir uma bibliografia que ressignifica práticas antes consideradas depredadoras do patrimônio arqueológico, para considerar os desdobramentos positivos das relações dessas comunidades locais e pesquisadores para o conhecimento e prática arqueológica. Os autores ancoram teoricamente essa proposta unindo diferentes fontes, mas com especial destaque para uma nova geração de pesquisadores indígenas e quilombolas. Alinhadas à proposta do dossiê, as reflexões destacam o contexto de desenvolvimento das pesquisas que conduzem nas unidades de conservação, oferecendo uma análise sensível sobre a presença e o papel das comunidades tradicionais na preservação do patrimônio arqueológico no Médio Rio Solimões, na Amazônia.

Por fim, no artigo “Resultados preliminares da escavação do sítio arqueológico Gruta da Mesa, município de Alcinópolis, Mato Grosso do Sul, Brasil”, os autores André Luís Ramos Soares, Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques, Sara Garcês, Juliano Bitencourt Campos, Daniel Requia, Carlos Eduardo da Costa Campos, Laura Roseli Pael Duarte, José Gustavo Santos da Silva, Hugo

Filipe Teixeira Gomes e Luiz Oosterbeek trazem uma importante contribuição para a presença humana na região. Apesar de não discutirem o papel da UC em relação à ciência arqueológica, a área trabalhada pertence à categoria de Proteção Integral, ou seja, não é permitido o manejo sustentável dos recursos naturais e moradores na localidade. No entanto, através das análises de material lítico encontrados nas escavações e da arte rupestre evidenciada no entorno, o artigo mostra que a região já era ocupada por povos indígenas desde o século VI AD. É possível que boa parte da biodiversidade protegida pela UC tenha sido fruto do manejo florestal ancestral e isso nos leva a pensar o papel das populações humanas nessas áreas como protetoras e mantenedoras do que está sendo protegido.

Acreditamos que essas contribuições retratam a diversidade da prática arqueológica nas Unidades de Conservação brasileiras, demonstrando um cenário de experimentação, diálogo e aprimoramento das relações de nossa área de conhecimento com outros agentes e atores que têm suas vidas entrelaçadas aos territórios ou estão engajados com as ações de conservação ambiental. Os artigos apresentam alguns eixos temáticos comuns, dentre os quais destacamos:

1. Integração entre arqueologia e gestão ambiental: Todos os estudos abordam de forma direta ou indireta como a prática arqueológica pode contribuir com a gestão e a preservação de áreas protegidas, propondo uma arqueologia aplicada às realidades das UCs.
2. Articulação entre patrimônio arqueológico e paisagem cultural: Os sítios arqueológicos são compreendidos não como elementos isolados, mas como constitutivos das paisagens, dos territórios e dos modos de vida. Essa visão amplia a noção de patrimônio, conectando o passado à dinâmica social e ambiental contemporânea.
3. Enfoque na educação, turismo sustentável e identidade cultural: Os textos ressaltam o potencial dos sítios arqueológicos em UCs para fomentar iniciativas de educação patrimonial, turismo sustentável e valorização da memória e identidade local e regional.

Ainda o uso de tecnologias e metodologias diversas, como novos recursos tecnológicos (drones, modelagens 3D, georreferenciamento e análise de dados integrados), contribuem para o aprimoramento da identificação, mapeamento e registro dos sítios arqueológicos. Enquanto a aproximação entre saberes científicos e conhecimentos tradicionais, tornam a prática arqueológica mais sensível e humana. Esses temas comuns revelam um reposicionamento da arqueologia como um instrumento ou ferramenta estratégica na conservação ambiental e na construção de políticas públicas inclusivas, envolvendo ciência, tecnologia, comunidades e instituições na proteção dos bens culturais e dos próprios territórios protegidos.

Acreditamos fortemente que o futuro da prática arqueológica nesses territórios estará alinhado ao entendimento que os mais diferentes atores podem contribuir significativamente para a preservação do patrimônio arqueológico, cultural e a conservação ambiental. Por isso, esperamos que este seja apenas um passo inicial para intensificar o diálogo entre os marcos legais da conservação ambiental e os dispositivos de proteção a esses patrimônios, com a perspectiva

que as iniciativas de pesquisas e gestão na UCs sejam mais horizontais e inclusivas, com especial destaque para a valorização dos conhecimentos tradicionais e das identidades locais.

### **Referências bibliográficas**

- BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- LAVADO, Margarida Cardozo. A arqueologia da paisagem como instrumento de gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação ambiental: o caso da APA Noroeste do Paraná. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 27 maio 2025.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Painel das Unidades de Conservação Brasileira. Disponível em: < <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi> >. Outubro de 2024. Acessado em 23/05/2025.
- PUREZA, Fabiana. Unidades de conservação. Matrix Editora, 2015.
- UNEP-WCMC; IUCN. Protected Planet Report 2024. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge, United Kingdom; Gland, Switzerland. Disponível em: <https://digitalreport.protectedplanet.net/>

Recebido em: 29/05/2025  
Aprovado em: 04/06/2025  
Publicado em: 23/06/2025